



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 16/2026

PROCESSO

Nº 56/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

1. OBJETO

1.1. REFERE-SE A **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS**, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE MONTE CARMELO/MG, CONFORME PROPOSTA M.S. Nº 17490085000125002/2025, MEDIANTE AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. A aquisição de equipamentos de que trata o subitem 1.1 compreende o fornecimento de bens destinados à estruturação e ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, incluindo, de forma exemplificativa e não exaustiva:

1.2.1. equipamentos de informática, destinados ao suporte das atividades administrativas e assistenciais, tais como computadores portáteis (notebooks);

1.2.2. equipamentos odontológicos completos, destinados à realização de atendimentos clínicos, compreendendo cadeira odontológica, equipo, unidade auxiliar, mocho e refletor;

1.2.3. equipamentos médicos e assistenciais, destinados ao monitoramento e apoio aos atendimentos, tais como detectores fetais;

1.2.4. equipamentos para terapias respiratórias, destinados ao atendimento de pacientes, tais como nebulizadores e inaladores;

1.2.5. equipamentos de apoio à infraestrutura das unidades, tais como purificadores de água;

1.2.6. equipamentos destinados aos processos de esterilização e controle de infecção, tais como seladoras;

1.2.7. equipamentos odontológicos complementares, destinados a procedimentos clínicos específicos, tais como ultrassom com jato de bicarbonato.

1.3. A presente licitação será realizada com participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

1.4. Será assegurada prioridade de contratação, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do §3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, combinado com o art. 9º, inciso III, alínea "a" do Decreto Municipal nº 2.748/2024.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, visando à aquisição de equipamentos destinados ao



atendimento das Unidades Básicas de Saúde do Município de Monte Carmelo/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal vigente.

2.2. A descrição detalhada dos itens a serem adquiridos, contendo especificações técnicas, unidades de medida, quantitativos, valores unitários e valores totais estimados, encontra-se consolidada na PLANILHA DE DESCRIÇÃO DOS ITENS, UNIDADE DE MEDIDA, QUANTIDADE, VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS, a qual integra este Termo de Referência para todos os fins:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK), O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE, COM PROCESSADOR QUE POSSUA NO MÍNIMO 4 NÚCLEOS, 8 THEREDS E FREQUÊNCIA DE 2.4 GHZ; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD COM NO MÍNIMO 480 GB, INTERFACE PCIE NVME M.2, MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO 16 GB, EM 2 MÓDULOS IDÊNTICOS DE 8 GB CADA, DO TIPO SDRAM DDR4 3000 MHZ OU SUPERIOR, TELA LCD DE 14 OU 15 POLEGADAS WIDESCREEEN, ANTI REFLEXO, SUPORTAR RESOLUÇÃO FULL HD (1920 X 1080 PIXELS), RETRO ILUMINADA POR LED. O TECLADO DEVERÁ CONTER TODOS OS CARACTERES DA LÍNGUA PORTUGUESA, INCLUSIVE Ç E ACENTOS, NAS MESMAS POSIÇÕES DO TECLADO PADRÃO ABNT2, MOUSE TOUCHPAD COM 2 BOTÕES INTEGRADOS, MOUSE ÓPTICO COM CONEXÃO USB E BOTÃO DE ROLAGEM (SCROLL), INTERFACES DE REDE 10/100/1000 CONECTOR RJ-45 FÊMEA E WIFI PADRÃO IEEE 802.11 B/G/N/AC, BLUETOOTH MÍNIMO 4.0. SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 (64 BITS) PRO, BATERIA RECARREGÁVEL DO TIPO ÍON DE LÍTION COM NO MÍNIMO 4 CÉLULAS, FONTE EXTERNA AUTOMÁTICA COMPATÍVEL COM O ITEM, POSSUIR INTERFACES USB 2.0 E 3.0, 1 HDMI OU DISPLAY PORT, LEITOR DE CARTÃO, WEBCAM FULL HD (1080 P). DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE MALETA DO TIPO ACOLCHOADA, PARA TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO.	UND	1	R\$ 4.277,00	R\$ 4.277,00
2	CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO COMPLETO COMPOSTO POR CADEIRA, EQUIPO, UNIDADE AUXILIAR, MOCHO E REFLETOR LED. CADEIRA ODONTOLÓGICA: ESTRUTURA RESISTENTE COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, SISTEMA DE ELEVAÇÃO ELETROMECÂNICO DE BAIXA TENSÃO, BASE ESTÁVEL, ESTOFAMENTO ANATÔMICO EM MATERIAL LAVÁVEL E RESISTENTE, COM BRAÇO DE APOIO PARA PACIENTE. PEDAL DE COMANDO COM PROGRAMAÇÕES DE TRABALHO E RETORNO AUTOMÁTICO À POSIÇÃO INICIAL. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM REDE 127V OU 220V, 50/60 HZ. EQUIPO: AMBIDESTRO, COM NO MÍNIMO 01 SERINGA TRÍPLICE, 01 TERMINAL PARA MICROMOTOR PNEUMÁTICO E CAPACIDADE PARA MÚLTIPLOS TERMINAIS, SERINGA TRÍPLICE COM BICO GIRATÓRIO, REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL, MANGUEIRAS ARREDONDADAS, BRAÇO COM MOVIMENTAÇÃO HORIZONTAL E AJUSTE DE ALTURA. PEDAL PROGRESSIVO PARA ACIONAMENTO DAS PEÇAS DE MÃO. UNIDADE AUXILIAR: CUBA REBATÍVEL EM 90°, CUBA PROFUNDA REMOVÍVEL COM RALO PARA RETENÇÃO DE SÓLIDOS, 01 SUGADOR DE SALIVA A AR COM SISTEMA DE VÁCUO, RESERVATÓRIOS	UND	1	R\$ 25.853,00	R\$ 25.853,00



	TRANSLÚCIDOS COM CAPACIDADE DE 800 ML. MOCHO: COM BASE DE CINCO RODÍZIOS DUPLOS; ALTURA DO ASSENTO REGULÁVEL; ACIONAMENTO A GÁS. REFLETOR ODONTOLÓGICO: ILUMINAÇÃO LED COM INTENSIDADE LUMINOSA REGULÁVEL, MÍNIMA DE 8.000 LUX, CABEÇOTE COM MOBILIDADE MULTIDIRECIONAL. EQUIPAMENTO CONFORME NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E REGULAMENTAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.				
3	DETECTOR FETAL DE MESA DIGITAL COM BATERIA RECARREGÁVEL/BIVOLT, COM DISPLAY TOUCHSCREEN COLORIDO, BATERIA RECARREGÁVEL E CARREGADOR BIVOLT, COM ALTO FALANTE DE ÓTIMA PERFORMANCE, TRANSDUTOR DE ALTA SENSIBILIDADE, TELA DE LCD COLORIDO PARA VISUALIZAÇÃO NUMÉRICA DO BATIMENTO CARDÍACO FETAL. VÁRIOS MODOS DE VISUALIZAÇÃO COM CURVA DE FHR E PARÂMETROS; ENTRADAS: FONE DE OUVIDO, USB, CARREGADOR DE BATERIA E CONEXÃO DO TRANSDUTOR; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: FAIXA DE MEDIÇÃO: 50-240 BPM E FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 2.0 MHZ + OU - 10%; AUTONOMIA DE BATERIA POR MÍNIMO DE 4 HORAS E INDICADOR DE CARGA. FONTE DE ALIMENTAÇÃO :AC 220 / 110V, 50 / 60HZ. DISPLAY: 65 x 50MM LCD. RESOLUÇÃO FHR: 1BPM, PRECISÃO FHR: ± 1BPM.	UND	10	R\$ 2.232,00	R\$ 22.320,00
4	NEBULIZADOR E INALADOR, TIPO COMPRESSOR, CAPACIDADE DE NEBULIZAÇÃO: 10 ML, BIVOLT, TAXA MÍNIMA DE NEBULIZAÇÃO 0,4 ML/MIN, ACESSÓRIOS INCLUÍDOS FILTROS, MANGUEIRA, MÁSCARA PARA ADULTO, MÁSCARA PARA CRIANÇA.	UND	6	R\$ 245,00	R\$ 1.470,00
5	PURIFICADOR DE ÁGUA TIPO BEBEDOURO, COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR, DE PAREDE, COR PRATA/PRETO OU BRANCO. CAPACIDADE DE ATENDIMENTO MÍNIMO DE 15 PESSOAS, ARMAZENAMENTO DE ÁGUA GELADA DE 2 LITROS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 127V OU 220V. ITENS INCLUSOS OS ITENS INCLUSOS NO PURIFICADOR, 1 SUPORTE PAREDE, 1 CONEXÃO MANGUEIRA, E MANGUEIRA.	UND	1	R\$ 1.091,00	R\$ 1.091,00
6	SELADORA AUTOMÁTICA BIVOLT, ACIONAMENTO POR MEIO DE ALAVANCA COM TRAVA; SISTEMA DE AVISOS COM LED'S INDICATIVOS E BIPS SONOROS NO PAINEL; AQUECIMENTO UNIFORME EM TODA ÁREA DE SELAGEM; TEMPO DE PRÉ-AQUECIMENTO: MÉDIA DE 03 MINUTOS; TEMPO DE SELAGEM APÓS AQUECIDA: 05 SEGUNDOS; POTÊNCIA DE 80W, ÁREA DE SELAGEM COMPRIMENTO:30 CM. ESPESSURA DE SELAGEM: 12 MM. TEMPERATURA DE SELAGEM: 175°C A 180°C. DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO: 30 CM.	UND	10	R\$ 1.134,00	R\$ 11.340,00
7	ULTRASSOM COM JATO DE BICARBONATO ODONTOLÓGICO: FREQUÊNCIA: 30.000 HZ, FREQUÊNCIA DE ENTRADA: 50/60 HZ, POTÊNCIA: 60VA, PRESSÃO ENTRADA DE AR COMPRIMIDO: 80 PSI, CAPACIDADE DE LÍQUIDO 1 LITRO, COM 3 INSERTOS SENDO 2 UNIDADES PERIO SUB E 1 UNIDADE PERIO SUPRA; JATO DE BICARBONATO COM PEÇA DE MÃO REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL, SISTEMA DE TRANSDUTOR CERÂMICA PIEZOELÉTRICA, BIVOLT.	UND	7	R\$ 4.787,00	R\$ 33.509,00
O VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO É DE R\$ 99.860,00 (NOVENTA E NOVE MIL, OITOCENTOS E SESENTA REAIS).					
O INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES OFERTADOS SERÁ FIXADO EM 2% (DOIS POR CENTO), APLICÁVEL TANTO EM RELAÇÃO AOS LANCES INTERMEDIÁRIOS QUANTO AO LANCE QUE COBRIR A MELHOR OFERTA.					



-
- 2.3. As especificações técnicas constantes da planilha possuem caráter de desempenho mínimo, admitindo-se o fornecimento de produtos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente à finalidade do objeto e não comprometam a qualidade, segurança e eficiência exigidas.
- 2.4. Os quantitativos previstos foram definidos com base na memória de cálculo constante do processo administrativo, não se tratando de mera estimativa de consumo, mas de dimensionamento decorrente das necessidades identificadas pela Administração.
- 2.5. O fornecimento será realizado de forma integral, em entrega única ou conforme cronograma definido pela Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente.
- 2.6. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e da planilha indicada no item 2.2, observando, ainda, os padrões mínimos de qualidade, durabilidade, segurança e desempenho aplicáveis, bem como as normas técnicas e regulamentares pertinentes, especialmente aquelas expedidas pelos órgãos competentes, quando aplicável.
- 2.7. Para os itens classificados como equipamentos, a contratada deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses, nos termos da legislação aplicável, especialmente em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo de eventual garantia adicional ofertada pelo fabricante.
- 2.8. Nos casos de equipamentos importados, deverá ser assegurada a disponibilidade de assistência técnica no território nacional, diretamente pelo fabricante, por representante autorizado ou por rede credenciada, de forma a garantir a adequada manutenção, suporte técnico e reposição de peças durante o período de garantia e vida útil do equipamento.
- 2.9. Para fins de interpretação, execução e fiscalização contratual, prevalecerão as informações constantes da planilha referida no item 2.2, especialmente no que se refere às especificações dos itens.
- 2.10. O presente certame será estruturado por itens, conforme detalhamento constante da planilha do item 2.2, considerando a natureza dos produtos, a ausência de interdependência técnica entre eles e a viabilidade de ampliação da competitividade.
- 2.11. A presente licitação será destinada à participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.12. Será assegurada prioridade de contratação, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), observada a seguinte ordem de aplicação: inicialmente, às empresas sediadas no Município de Monte Carmelo/MG e, na ausência destas em condição de preferência, às empresas sediadas na região, nos termos do §3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, combinado com o art. 9º, inciso III, alínea “a”, do Decreto Municipal nº 2.748/2024.
- 2.13. A contratação observará, no que couber, critérios de sustentabilidade, qualidade, durabilidade e adequação dos produtos às finalidades públicas, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
-



3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de suprir a insuficiência de equipamentos essenciais ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Monte Carmelo/MG, conforme levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, no âmbito da Atenção Primária.

3.2. As Unidades Básicas de Saúde constituem a principal porta de entrada da Rede de Atenção à Saúde, sendo responsáveis pela prestação contínua de serviços essenciais à população, tais como atendimentos médicos e de enfermagem, procedimentos ambulatoriais, ações de prevenção, acompanhamento de condições crônicas, saúde da mulher e da criança, além de atividades coletivas de promoção à saúde.

3.3. O diagnóstico realizado pela área requisitante identificou lacunas na estrutura das unidades, decorrentes da ausência ou insuficiência de equipamentos indispensáveis à execução regular das atividades assistenciais, comprometendo a capacidade operacional das equipes e a qualidade dos serviços prestados.

3.4. A contratação visa, portanto, promover a adequação da infraestrutura das UBS, por meio da aquisição de equipamentos compatíveis com as necessidades operacionais identificadas, possibilitando a ampliação da capacidade de atendimento, a melhoria das condições de trabalho dos profissionais e a maior eficiência na prestação dos serviços públicos de saúde.

3.5. Ressalta-se que a presente contratação está vinculada à Proposta do Ministério da Saúde nº 17490085000125002/2025, decorrente de emenda parlamentar destinada ao Fundo Municipal de Saúde, tendo como finalidade o fortalecimento da Atenção Primária, mediante a estruturação das unidades de saúde com equipamentos adequados, seguros e compatíveis com as atividades desenvolvidas.

3.6. A definição dos quantitativos não se baseia em séries históricas de consumo, mas sim em levantamento técnico das necessidades específicas de cada unidade de saúde, conforme memória de cálculo constante do processo administrativo, o que assegura a adequação entre a demanda identificada e a quantidade a ser contratada.

3.7. A solução adotada, consistente na aquisição dos equipamentos por meio de licitação na modalidade pregão eletrônico, com julgamento por item, mostra-se a mais adequada sob os aspectos técnico e econômico, por ampliar a competitividade, permitir a participação de fornecedores especializados e possibilitar a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

3.8. Dessa forma, a contratação atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 2.621 de 04 de abril de 2023 que a regulamenta, estando devidamente justificada a necessidade administrativa e a escolha da solução proposta.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

4.1. A solução adotada consiste na aquisição de equipamentos destinados à estruturação e ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde do Município de Monte Carmelo/MG, por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com julgamento pelo menor preço por item.



4.2. A contratação compreende o fornecimento integral dos equipamentos, incluindo, quando aplicável, entrega, instalação, montagem e orientações básicas para utilização, garantindo a plena operacionalização dos bens no ambiente das unidades de saúde.

4.3. Os equipamentos a serem adquiridos abrangem itens de natureza diversa, voltados ao suporte das atividades administrativas, assistenciais e operacionais das UBS, compreendendo, dentre outros: equipamentos de informática; equipamentos odontológicos completos e complementares; equipamentos médicos e assistenciais; equipamentos para terapias respiratórias; equipamentos de apoio à infraestrutura e equipamentos destinados a processos de esterilização e controle de infecção.

4.4. A solução proposta contempla o fornecimento de produtos novos, sem uso anterior, completos, com todos os acessórios indispensáveis ao seu funcionamento, observando padrões mínimos de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, compatíveis com o uso contínuo em ambiente de atendimento à saúde.

4.5. Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a solução considera as seguintes etapas:

4.5.1. Aquisição: seleção de fornecedores mediante procedimento competitivo, com especificações técnicas baseadas em desempenho mínimo, admitindo soluções equivalentes ou superiores, de modo a garantir qualidade sem restringir a competitividade;

4.5.2. Transporte e entrega: logística de fornecimento até o local indicado pela Administração, com responsabilidade integral da contratada quanto à integridade dos equipamentos;

4.5.3. Instalação e entrada em operação: quando aplicável, realização de instalação e ajustes necessários ao funcionamento adequado dos equipamentos, bem como orientações iniciais aos usuários;

4.5.4. Utilização: operação dos equipamentos pelas equipes das Unidades Básicas de Saúde, conforme as rotinas assistenciais e administrativas;

4.5.5. Manutenção e suporte técnico: garantia mínima e disponibilidade de assistência técnica, assegurando a continuidade do uso, a correção de eventuais falhas e a reposição de peças;

4.5.6. Desativação e descarte: ao final da vida útil, os equipamentos deverão ser descartados de forma ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente, especialmente no que se refere à gestão de resíduos.

4.6. A solução não demanda integração com sistemas complexos ou interoperabilidade tecnológica avançada, tendo em vista que os equipamentos são, em sua maioria, autônomos e destinados ao atendimento direto ao usuário, o que possibilita sua rápida incorporação à rotina das unidades de saúde.

4.7. As especificações técnicas detalhadas dos itens encontram-se descritas na planilha constante do item 2.2 deste Termo de Referência, a qual deverá ser integralmente observada pelos licitantes, admitindo-se o fornecimento de produtos equivalentes ou superiores, desde que atendam às exigências de desempenho e qualidade estabelecidas.

4.8. A solução proposta mostra-se adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, por atender de forma direta à necessidade identificada, possibilitar ampla competitividade entre fornecedores e garantir a aquisição de equipamentos compatíveis com as demandas das Unidades Básicas de Saúde.



5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A definição dos requisitos da contratação foi orientada pela necessidade de garantir a adequada aquisição de equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde, assegurando compatibilidade com as atividades desenvolvidas, segurança no uso, durabilidade e eficiência operacional, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

5.2. Requisitos técnicos

5.2.1. Os equipamentos deverão ser novos, sem uso anterior, não sendo admitidos produtos reconicionados, remanufaturados ou reformados;

5.2.2. Deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, sem prejuízo de garantia superior ofertada pelo fabricante;

5.2.3. Deverão atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela ABNT e demais órgãos competentes;

5.2.4. Deverão possuir registro, cadastro ou regularização junto à ANVISA, quando exigido para o tipo de equipamento;

5.2.5. Deverão ser fornecidos completos, com todos os acessórios indispensáveis ao seu pleno funcionamento;

5.2.6. Deverão ser acompanhados de manual de operação em língua portuguesa.

5.3. Requisitos funcionais

5.3.1. Os equipamentos deverão ser compatíveis com as atividades desenvolvidas nas Unidades Básicas de Saúde;

5.3.2. Deverão apresentar facilidade de operação, considerando o perfil dos profissionais usuários;

5.3.3. Deverão ser compatíveis com os espaços físicos disponíveis nas unidades;

5.3.4. Deverão possuir capacidade de atendimento compatível com a demanda assistencial prevista;

5.3.5. Deverão permitir a realização de manutenção preventiva e corretiva.

5.4. Requisitos operacionais

5.4.1. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer nos locais indicados pela Administração, conforme disposto neste Termo de Referência;

5.4.2. A instalação dos equipamentos deverá estar incluída no fornecimento, quando tecnicamente aplicável;

5.4.3. Deverão ser fornecidas orientações básicas para utilização dos equipamentos, quando necessário;

5.4.4. A contratada deverá assegurar a disponibilidade de assistência técnica, especialmente durante o período de garantia;

5.4.5. Deverão ser observados os prazos de entrega estabelecidos pela Administração.

5.5. Critérios e práticas de sustentabilidade

5.5.1. Sempre que aplicável, deverão ser observados critérios de eficiência energética;

5.5.2. Deverá ser priorizada a utilização de materiais que possibilitem reutilização, reciclagem ou descarte ambientalmente adequado;

5.5.3. Deverão ser observadas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

5.5.4. Deverá ser considerada, quando aplicável, a existência de mecanismos de logística reversa;



5.5.5. Deverá ser incentivada a redução do uso de embalagens ou a utilização de materiais recicláveis.

5.6. Padrões mínimos de qualidade e desempenho

5.6.1. Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência;

5.6.2. Deverão ser adequados ao uso contínuo em ambiente ambulatorial, compatíveis com jornadas operacionais de, no mínimo, 8 (oito) horas diárias;

5.6.3. Deverão apresentar desempenho compatível com as atividades assistenciais a que se destinam;

5.6.4. O fornecedor deverá possuir capacidade técnica e regularidade fiscal para execução do objeto;

5.6.5. Deverá ser assegurado o cumprimento integral das condições contratuais.

6. INDICAÇÃO OU VEDAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

6.1. A Administração, como regra geral, não realizará a indicação ou vedação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, devendo as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência serem suficientes para a adequada caracterização do objeto, em observância aos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A ausência de indicação de marca por parte da Administração não exime o licitante da obrigação de informar, em sua proposta, a marca, o modelo e/ou o fabricante dos produtos ofertados, quando aplicável, sob pena de desclassificação, caso não seja possível a adequada identificação do objeto.

6.3. Excepcionalmente, poderá ser admitida a indicação de marca ou modelo:

6.3.1. como referência de qualidade ou padrão mínimo, devendo ser acompanhada, obrigatoriamente, das expressões “ou equivalente”, “ou similar”;

6.3.2. quando tecnicamente justificada, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Na hipótese de utilização de marca ou modelo como referência, caberá ao licitante comprovar, por meio de documentação técnica idônea, que o produto ofertado possui características equivalentes ou superiores às especificações estabelecidas, podendo ser exigida, para tanto, a apresentação de catálogos, fichas técnicas ou outros documentos comprobatórios.

6.5. É vedada a inclusão de especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que possam restringir indevidamente a competitividade ou caracterizar direcionamento do certame.

6.6. A Administração poderá realizar diligências para verificação da conformidade dos produtos ofertados, inclusive quanto à marca, modelo e especificações técnicas apresentadas na proposta, podendo solicitar documentos complementares sempre que necessário.

7. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

7.1. A apresentação de amostras não será exigida como regra geral, podendo, entretanto, ser solicitada pela Administração, de forma motivada, para os itens considerados relevantes à avaliação de qualidade, desempenho e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente aquelas constantes da planilha do item 2.2;



-
- 7.2. A exigência não se aplicará a itens cuja natureza ou porte inviabilize sua apresentação física;
- 7.3. Quando exigidas, as amostras deverão ser apresentadas pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, mediante convocação formal da Administração, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.
- 7.4. As amostras deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo/MG, localizado na Avenida Dona Clara, nº 647, Centro, Monte Carmelo/MG, em horário e condições a serem definidos no edital.
- 7.5. A análise das amostras será realizada pela Secretaria requisitante, com apoio do Almoxarifado Central, por servidores devidamente designados, responsáveis pela verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas, padrões de qualidade e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 7.6. A avaliação das amostras observará critérios objetivos previamente definidos no edital, assegurando os princípios da isonomia, transparência e julgamento objetivo, podendo a Administração realizar diligências complementares, inclusive a solicitação de documentos técnicos, catálogos ou fichas técnicas, quando necessário.
- 7.7. A não apresentação das amostras no prazo estabelecido, quando exigidas, ou a sua reprovação, implicará a desclassificação da proposta, sendo convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação.
- 7.8. A exigência de amostras poderá ser dispensada, mediante decisão devidamente motivada da Administração, especialmente quando:
- 7.8.1. o produto ofertado for de marca amplamente conhecida e consolidada no mercado;
- 7.8.2. já houver fornecimento anterior à Administração com desempenho satisfatório;
- 7.8.3. houver documentação técnica suficiente para aferição da qualidade e conformidade do produto.

8. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE OU GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será exigida carta de solidariedade, garantia da proposta ou garantia da contratação, tendo em vista a natureza comum do objeto, o baixo risco associado à execução contratual, a definição prévia dos quantitativos e a entrega em prazo determinado, nos termos dos arts. 96 e 98 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.2. A não exigência de garantia não exime a contratada do cumprimento integral das obrigações assumidas, permanecendo sujeita às penalidades administrativas cabíveis, previstas na legislação vigente e no edital, em caso de inadimplemento total ou parcial.

9. SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto desta contratação, considerando a natureza dos bens a serem fornecidos e a necessidade de controle direto da qualidade, procedência e condições de entrega dos produtos.
- 9.2. A contratada deverá executar integralmente o objeto, sendo responsável por todas as obrigações contratuais, não podendo transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do objeto, sem prejuízo das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.



9.3. Não se caracteriza como subcontratação a aquisição, pela contratada, de produtos junto a fabricantes, distribuidores ou fornecedores, desde que mantida sua responsabilidade integral pela entrega, qualidade, garantia e demais obrigações contratuais.

10. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

10.1. Não será exigida garantia da contratação, tendo em vista a natureza comum do objeto, o baixo risco associado à execução contratual, a definição prévia dos quantitativos e a entrega em prazo determinado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. A não exigência de garantia não afasta a responsabilidade da contratada pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas, permanecendo sujeita às penalidades previstas na legislação vigente e no edital, em caso de inadimplemento total ou parcial.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. A execução do objeto dar-se-á mediante o fornecimento de equipamentos novos, sem uso anterior, conforme especificações constantes neste Termo de Referência, devendo a contratada observar integralmente as condições, prazos e exigências estabelecidas pela Administração.

11.2. O fornecimento será formalizado por meio de contrato administrativo, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, conforme o caso, devendo a contratada iniciar a execução após o recebimento da ordem formal emitida pela Administração.

11.3. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, salvo prorrogação devidamente justificada e aceita pela Administração.

11.4. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer no Almoxarifado Central do Município de Monte Carmelo/MG, localizado na Avenida Dona Clara, nº 647, Centro, ou em outro local previamente indicado pela Administração.

11.5. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, embalados e protegidos contra danos durante o transporte, sendo de inteira responsabilidade da contratada quaisquer avarias ocorridas até o recebimento definitivo.

11.6. Quando aplicável, a contratada deverá realizar a instalação, montagem, ajustes e testes básicos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, sem ônus adicional para a Administração.

11.7. Nos casos em que os equipamentos demandarem conhecimento técnico específico para sua operação, a contratada deverá fornecer orientações básicas de uso aos servidores designados pela Administração.

11.8. A contratada deverá assegurar que os equipamentos fornecidos estejam em perfeitas condições de uso, atendendo integralmente às especificações técnicas, normas aplicáveis e requisitos de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.

11.9. Eventuais não conformidades identificadas no momento da entrega, instalação, testes ou durante o período de garantia deverão ser sanadas pela contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



11.10. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Administração, nos termos da legislação vigente, cabendo à contratada prestar todas as informações e esclarecimentos necessários à adequada fiscalização contratual.

12. REGRAS RELATIVAS À EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

12.1. O recebimento dos equipamentos será realizado em duas etapas: **PROVISÓRIO** e **DEFINITIVO**, nos termos da legislação vigente.

12.2. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos equipamentos, mediante conferência quantitativa, verificação das condições aparentes dos itens, integridade das embalagens e conformidade com a nota fiscal e com a Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente.

12.3. O recebimento definitivo será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação qualitativa dos equipamentos, quanto à conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade, desempenho, funcionamento e demais exigências constantes deste Termo de Referência.

12.4. Caso sejam constatadas irregularidades, desconformidades, vícios, defeitos ou funcionamento inadequado, os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a contratada providenciar sua substituição, correção ou reparo no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação da Administração, sem ônus adicional.

12.5. A substituição, correção ou reparo deverá ocorrer nas mesmas condições originalmente estabelecidas, garantindo a plena adequação às especificações técnicas e aos padrões de qualidade exigidos.

12.6. Os equipamentos deverão estar devidamente identificados, contendo, quando aplicável, informações claras quanto à marca, modelo, fabricante, número de série, lote, data de fabricação e demais dados necessários à rastreabilidade e controle pela Administração.

12.7. Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados, quando aplicável, de manuais em língua portuguesa, certificados, registros, documentos técnicos, termo de garantia, acessórios indispensáveis ao funcionamento e demais documentos exigidos por normas regulamentares.

12.8. Quando aplicável, especialmente nos equipamentos médicos, odontológicos ou assistenciais, deverá ser comprovada a regularidade perante os órgãos competentes, inclusive ANVISA, conforme a natureza do item.

12.9. A contratada deverá observar todas as normas aplicáveis ao transporte, armazenamento, conservação, instalação e manuseio dos equipamentos, especialmente aquelas relacionadas à segurança, higiene, conservação e proteção contra danos.

12.10. A Administração poderá realizar testes básicos de verificação, inspeções, diligências e análise documental para aferir a conformidade dos equipamentos entregues com as especificações constantes deste Termo de Referência.

12.11. A emissão da nota fiscal deverá corresponder exatamente aos itens efetivamente entregues, contendo todas as informações necessárias à conferência, controle patrimonial e liquidação da despesa.

12.12. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança, durabilidade e funcionamento dos equipamentos, permanecendo esta responsável por eventuais vícios ocultos ou defeitos posteriormente identificados.



12.13. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, no edital e no instrumento contratual correspondente.

13. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado após o recebimento definitivo do objeto, mediante a verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas, padrões de qualidade e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2. O recebimento definitivo ocorrerá conforme disposto no item 12, após a conferência qualitativa dos produtos, não sendo admitido pagamento antecipado.

13.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, acompanhada dos documentos necessários à comprovação da regular execução do objeto.

13.4. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar:

13.4.1. nota fiscal/fatura correspondente aos itens efetivamente entregues;

13.4.2. comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, quando exigida pela legislação vigente;

13.4.3. demais documentos que venham a ser exigidos pela Administração para a regular liquidação da despesa.

13.5. A nota fiscal deverá conter todas as informações necessárias à identificação do objeto contratado, incluindo, quando aplicável, marca, modelo, fabricante, número da Autorização de Fornecimento e demais dados pertinentes.

13.6. O pagamento somente será realizado após a verificação da regularidade da contratada perante os órgãos competentes, podendo ser suspenso em caso de irregularidades, até sua devida regularização.

13.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da situação, iniciando-se nova contagem a partir da reapresentação do documento corrigido.

13.8. Serão observadas, quando aplicáveis, as retenções tributárias previstas na legislação vigente e na regulamentação municipal.

13.9. É vedada a antecipação de pagamento, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei.

13.10. O pagamento não exime a contratada das responsabilidades decorrentes da execução do objeto, nem implica aceitação definitiva de eventuais vícios ocultos ou defeitos posteriormente identificados.

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

14.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

14.2. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, considerando a natureza divisível do objeto e a necessidade de ampliação da competitividade.

14.3. O modo de disputa será aberto, com apresentação de lances públicos e sucessivos, conforme regras estabelecidas no edital.



14.4. Poderão participar do certame pessoas jurídicas que atendam às condições de habilitação estabelecidas no edital, compatíveis com o objeto da licitação.

14.5. A presente licitação será destinada à participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

14.6. Será assegurada prioridade de contratação, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), observada a seguinte ordem de aplicação: inicialmente, às empresas sediadas no Município de Monte Carmelo/MG e, na ausência destas em condição de preferência, às empresas sediadas na região, nos termos do §3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, combinado com o art. 9º, inciso III, alínea “a”, do Decreto Municipal nº 2.748/2024.

14.7. A adjudicação ocorrerá por item, permitindo a contratação de um ou mais fornecedores, conforme a classificação final das propostas.

14.8. FORMA DE FORNECIMENTO

14.8.1. O fornecimento do objeto dar-se-á de forma integral, em entrega única ou conforme cronograma definido pela Administração, após a formalização do instrumento contratual e emissão da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente.

14.8.2. A execução do fornecimento será formalizada por meio de contrato administrativo, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, contendo a especificação dos itens, quantitativos, prazos e locais de entrega.

14.8.3. A contratada ficará obrigada a executar integralmente o objeto contratado, nos termos das condições estabelecidas neste Termo de Referência, não sendo admitida recusa injustificada.

14.8.4. O fornecimento deverá observar rigorosamente os prazos, especificações técnicas e condições de entrega estabelecidas, sendo vedada a entrega em desacordo com o contratado.

14.8.5. A execução do fornecimento deverá assegurar a entrega adequada dos equipamentos às unidades administrativas, garantindo sua plena utilização e contribuindo para a regularidade dos serviços públicos.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO - PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ O LICITANTE COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS:

15.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

15.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



15.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

15.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

15.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

15.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.2.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

15.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a (**CNDT**) Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.2.4. **FICAL 01** - Prova de regularidade com a Fazenda [**Municipal**/Distrital] do município domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.2.5. **FICAL 02** - Prova de regularidade com a Fazenda [**Estadual**/Distrital] do estado domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.2.6. **FICAL 03** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

15.2.9. **Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial**, com data de emissão



máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

15.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.3.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

15.3.2. **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei (termo de abertura e encerramento do livro diário quando o registro do Órgão Competente constar somente neste), devidamente autenticados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente.

15.3.3. Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

15.3.4. Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;

15.3.5. Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis deverá possuir **registro no órgão competente**;

15.3.6. Quando a licitante, se utilizar da escrituração em forma eletrônica (SPED), deverá ser apresentada a escrituração em livro digital, que deverá conter o balanço patrimonial e demonstrativo de resultado autenticado na forma eletrônica, acompanhado do Recibo de entrega do livro digital/Termo de Autenticação do Livro Diário.

15.3.7. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de um ano, esta, deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

15.3.8. Os documentos referidos no item 16.3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

15.3.9. A boa situação econômico-financeira da licitante será comprovada através de memorial de cálculo, assinado por profissional habilitado da área contábil, conforme os índices a seguir mencionados:

15.3.9.1. Índice de Liquidez Corrente: $ILC = AC / PC$, onde $ILC \geq 1,0$;

15.3.9.1.1. ILC = Liquidez Corrente; AC = Ativo Circulante; PC = Passivo Circulante.

15.3.9.2. **Índice de Liquidez Geral: $ILG = (AC + RLP) / (PC + Ex. LP)$** , onde $ILG \geq 1,0$;

15.3.9.2.1. ILG = Índice de Liquidez Geral; AC = Ativo Circulante; RLP = Realizável a Longo Prazo; PC = Passivo Circulante; ELP = Exigível a Longo Prazo.

15.3.9.3. **Índice de Solvência Geral: $ISG = (AT) / (PC + PNC)$** , onde $ISG \geq 1,0$;

15.3.9.3.1. ILG = Índice de Liquidez Geral; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo não Circulante.

15.3.10. Considerando que será exigida a apresentação dos balanços patrimoniais dos últimos 02 (dois) exercícios, deverão ser elaborados um memorial para cada exercício financeiro apresentado.

15.3.11. A licitante que não atender em um dos exercícios as exigências acima dispostas, poderá de forma subsidiária para fins de qualificação econômico-financeira, comprovar patrimônio



líquido ou capital social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

15.3.12. Caso a licitante não cumpra nenhuma das exigências dispostas, ela será considerada inabilitada do certame.

15.4. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

15.4.1. Deverá ser apresentado **um ou mais atestado(s)** de capacidade técnica da empresa, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, vedada a emissão de atestado(s) pela própria empresa licitante ou por empresa integrante do mesmo grupo empresarial. O(s) atestado(s) deverá(ão), obrigatoriamente, conter as seguintes informações mínimas:

15.4.1.1. Nome, CNPJ e endereço completo da emitente;

15.4.1.2. Descrição dos serviços prestados ou produtos fornecidos, com indicação de que são compatíveis com o objeto desta licitação;

15.4.1.3. Nome e CNPJ da empresa que executou os serviços;

15.4.1.4. Data de emissão do atestado;

15.4.1.5. Assinatura e identificação do signatário, com indicação do nome e do cargo ou função que exerce junto à emitente.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 99.860,00 (noventa e nove mil, oitocentos e sessenta reais), conforme levantamento realizado a partir da Proposta do Ministério da Saúde nº 17490085000125002/2025, vinculada a recursos oriundos de emenda parlamentar destinada ao Fundo Municipal de Saúde.

16.2. A estimativa de preços foi complementada por pesquisa de mercado realizada nos termos da legislação vigente e da regulamentação municipal aplicável, tendo sido verificada a compatibilidade dos valores com aqueles praticados no mercado, não havendo indícios de sobrepreço ou inexecutabilidade.

16.3. A composição do valor estimado considera os quantitativos definidos com base em levantamento técnico das necessidades das Unidades Básicas de Saúde, conforme memória de cálculo constante do processo administrativo, assegurando a coerência entre a demanda identificada e os valores projetados.

16.4. Os valores unitários e totais estimados encontram-se detalhados na planilha constante do item 2.2 deste Termo de Referência, a qual deverá ser observada para todos os fins.

16.5. Ressalta-se que os valores estimados possuem caráter referencial, destinando-se à orientação da Administração e à análise da exequibilidade das propostas, não constituindo obrigação de contratação por tais valores.

17. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. A gestão e a fiscalização do contrato decorrente desta contratação serão realizadas por servidores formalmente designados pela Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Portaria nº 16.159, de 02 de fevereiro de 2026.



17.2. A gestão contratual será exercida pelo gestor do contrato, a quem competirá acompanhar a execução geral do objeto, coordenar as atividades relacionadas ao contrato, promover a interlocução com a contratada e adotar as providências necessárias à regular execução contratual.

17.3. A fiscalização do contrato será exercida por fiscal(is) designado(s), a quem competirá:

17.3.1. acompanhar e verificar a execução do objeto quanto ao cumprimento das condições contratuais;

17.3.2. conferir a conformidade dos equipamentos entregues com as especificações técnicas estabelecidas;

17.3.3. registrar ocorrências relacionadas à execução do contrato;

17.3.4. atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;

17.3.5. comunicar ao gestor do contrato eventuais irregularidades, sugerindo a adoção das medidas cabíveis.

17.4. Compete à contratada prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração, bem como facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual.

17.5. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar inspeções, diligências e verificações para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive após o recebimento dos equipamentos.

17.6. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato administrativo.

17.7. A atuação do gestor e do fiscal do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto, nem a responsabilidade dos demais agentes envolvidos no processo.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos orçamentários próprios do Município de Monte Carmelo/MG, vinculados ao Fundo Municipal de Saúde, provenientes da Proposta do Ministério da Saúde nº 17490085000125002/2025, oriunda de emenda parlamentar destinada à estruturação das Unidades Básicas de Saúde.

18.2. A dotação orçamentária para atendimento das despesas será a seguinte: 02.04.36.06.10.301.4005.00.3.006.4.4.90.52.04.0026 - ficha 1215- Aparelhos, Equipamentos, Utensílios Médico-odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares;

18.3. A despesa encontra-se compatível com a Lei Orçamentária Anual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual vigentes, atendendo às disposições legais aplicáveis;

18.4. A execução financeira da contratação observará as normas de direito financeiro, bem como as regras de empenho, liquidação e pagamento estabelecidas na legislação vigente.

19. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

19.1. O objeto da presente contratação será parcelado por itens, conforme detalhamento constante da planilha do item 2.2 deste Termo de Referência, considerando a natureza dos bens a serem adquiridos.



19.2. O parcelamento mostra-se técnica e economicamente viável, tendo em vista que os itens que compõem o objeto não apresentam interdependência entre si, podendo ser fornecidos de forma autônoma por diferentes fornecedores, sem prejuízo à execução do objeto.

19.3. A adoção do parcelamento por itens visa ampliar a competitividade do certame, permitindo a participação de fornecedores especializados em segmentos específicos, inclusive Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), contribuindo para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

19.4. O parcelamento também reduz o risco de insucesso da contratação, uma vez que eventual desclassificação ou inabilitação de licitante impactará apenas itens isolados, não comprometendo a totalidade do objeto.

19.5. A solução adotada encontra-se em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, bem como com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

20. DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1. As partes comprometem-se a cumprir integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), quanto aos dados pessoais a que tenham acesso em razão da participação no certame e da execução do contrato administrativo.

20.2. Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, observados os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e boa-fé, nos termos do art. 6º da LGPD.

20.3. É vedada a utilização, o compartilhamento ou a divulgação de dados pessoais para finalidades diversas daquelas relacionadas ao objeto da contratação, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas.

20.4. A contratada será responsável pelo tratamento adequado dos dados pessoais sob sua guarda, respondendo por eventuais danos decorrentes de sua utilização indevida, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

20.5. Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, a contratada deverá comunicar a Administração no prazo razoável, fornecendo as informações necessárias à adoção das medidas cabíveis, nos termos da legislação aplicável.

20.6. Encerrado o tratamento dos dados pessoais, a contratada deverá eliminá-los ou anonimizá-los, ressalvadas as hipóteses legais de conservação previstas na LGPD.

20.7. As obrigações de proteção e confidencialidade das informações permanecem vigentes mesmo após o término da relação contratual, pelo prazo necessário ao cumprimento das obrigações legais.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

21.1. O presente Termo de Referência foi elaborado com base nas informações constantes do Documento de Formalização de Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Análise de Risco, memória de cálculo e demais elementos que compõem o processo administrativo, observando as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal vigente.

21.2. A contratação proposta visa atender de forma eficiente e adequada às necessidades das Unidades Básicas de Saúde do Município de Monte Carmelo/MG, contribuindo para o fortalecimento



da Atenção Primária, a melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde e a ampliação da qualidade dos serviços prestados à população.

21.3. A solução adotada, consistente na aquisição de equipamentos por meio de pregão eletrônico com julgamento por item, mostra-se a mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, em razão da ampla competitividade, da possibilidade de participação de fornecedores especializados e da adequada adequação às necessidades identificadas.

21.4. Os quantitativos foram definidos com base em levantamento técnico das demandas das unidades de saúde, conforme memória de cálculo constante do processo, não se tratando de estimativa genérica, mas de dimensionamento fundamentado na realidade operacional da Administração.

21.5. O valor estimado da contratação encontra-se compatível com os preços praticados no mercado, conforme pesquisa realizada, não havendo indícios de sobrepreço ou inexequibilidade.

21.6. A presente contratação observa, ainda, o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 2.748/2024.

21.7. Foram considerados, no que couber, critérios de sustentabilidade, qualidade, durabilidade e adequação dos produtos às finalidades públicas, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e do interesse público.

21.8. Diante do exposto, conclui-se que a presente contratação se encontra devidamente justificada, atendendo aos requisitos legais e técnicos necessários, estando apta a subsidiar a elaboração do edital e demais atos administrativos necessários à realização do certame.

Monte Carmelo, 30 de abril de 2026.

Paulo Rodrigues Rocha

Secretaria Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de Monte Carmelo